

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ÍNDIO, GADO E BLINDAGENS NA CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL DE MATO GROSSO

Paulo Marcos Esselin

Tito Carlos Machado de Oliveira

Boletim Gaúcho de Geografia, 32: 37-56, dez., 2007.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37447/24193>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 2007

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ÍNDIO, GADO E BLINDAGENS NA CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL DE MATO GROSSO ¹

Paulo Marcos Esselin²

Tito Carlos Machado de Oliveira³

Resumo

Este texto objetiva entender e interrogar o processo de ocupação territorial da fronteira oeste do antigo Mato Grosso, região conhecida como pantanal do Mato Grosso do Sul nos dias de hoje. Esclarece que o processo de ocupação não foi pacífico, senão o contrário; a apropriação indébita e a utilização da mão-de-obra indígena foi ponto nevrálgico de todo o processo da funcionalização definitiva daquele território, para os intentos do modelo ocidental de pensar, ser e agir. Ainda que a questão geopolítica, para assegurar a fixação das fronteiras territoriais, não possa ser desprezada, o centro das questões movidas para a conquista do lugar teve como cerne: o criatório de gado, a blindagem dos colonos e a utilização do índio, em trabalho quase compulsório.

Palavras-chave: índios - fronteira - gado - Mato Grosso.

THE INDIAN, THE CATTLE AND THE PROTECTION IN THE BUILDING OF THE BORDER OF THE STATE OF MATO GROSSO

Abstract

This article tries to explain and to question the process of territorial occupation of the western border of the ancient Mato Grosso State – the region which nowadays is known as the Pantanal of the Mato Grosso do Sul State. It makes a point that the occupation process was not pacific, all the opposite, the misappropriation and the use of the indigenous man power was of utmost importance to the process of how the territory was to function according to the goals of the occidental people's way of thinking, being and acting. Despite the fact that the geopolitical question – to ensure the setting of the territorial borders – cannot be rejected, the main reason which led to the conquest of this place was the breeding of cattle, the protection of the settlers and the use of the indians in an slave-like work.

Key-Words: indians - borders - cattle - Mato Grosso.

¹ Parte do trabalho de Pesquisa sobre as condições históricas da ocupação da Fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai, foi realizada pelo CADEF/UFMS, com financiamento do CNPq e da FUNDECT.

² Professor de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

³ Professor de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - tito.ufms@gmail.com.

Introdução

Há de se considerar que a construção de um território raramente é pacífica, senão o contrário; a história revela quão dramática e sangrenta foi (e é) a lógica da ocupação dos lugares. O povoamento - aqui entendido como o fixar da ordem e coerência do pensamento ocidental - das fronteiras ocidentais de Mato Grosso dista muito de se diferenciar desta cruel situação.

O processo de redefinição territorial, traçado para as “terras livres” do sul do velho Mato Grosso, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, em especial sua parte ocidental – fronteira com a Bolívia e, um pouco mais ao sul – fronteira com o Paraguai, suscita entender o nascimento do mundo moderno-colonial, que nos é apresentado na condição atual de Estado territorial. A cominação de uma nova ordem conduzida por portugueses, cuiabanos e paulistas funcionaliza o território dentro duma representação cultural ocidental, configurada a partir do significado do Estado Nação de hoje, ainda que incrustada no fundante silêncio das transgressões derivadas.

A funcionalização do território mato-grossense se dá com o processo de formatação do mapa da ocupação branca na zona de fronteira. No caso de Mato Grosso, sua ocupação está associada a surtos devassadores, ligados à valorização do gado para um mercado nacional, ainda em criação; ainda que, de forma alguma possa ser desprezada a condição geopolítica de assegurar a soberania sobre os lugares. O controle do território, no sul de Mato Grosso, foi mantido através da posse lenta e gradativa da terra, tradicionalmente indígena, ao mesmo tempo em que foram construídas rígidas redes de articulações com o oeste paulista após meados do século dezenove.

É bom aludir que, desde o século XVI, a parte meridional de Mato Grosso vinha sendo utilizada como rota para as bandeiras paulistas (conforme figura III em anexo), que haviam penetrado nesse território para prear os índios e conduzi-los para São Paulo, na condição de escravos. Mas foi a partir do princípio do século XVIII que aumentaram as incursões nessas terras: o território era freqüentemente vasculhado pelos mamelucos paulistas, em busca do indígena, até a descoberta do ouro, no norte – na Cuiabá de hoje. O ouro de Cuiabá foi a primeira colonização permanente em Mato Grosso. As atenções da Coroa voltaram-se para o extremo oeste do Brasil; para lá afluíram milhares de pessoas que, de posse de seus escravos, extraíam grandes quantidades de ouro. Por outro lado, a parte meridional (hoje, Mato Grosso do Sul) da Capitania continuou como caminho viável dos paulistas, que se dirigiam às minas de ouro, em Cuiabá, até a ameaça do avanço castelhano.

A intenção deste texto é interrogar o formato de ocupação histórica do território ocidental do Mato Grosso do Sul (fronteira com a Bolívia e Paraguai), fundado na opressão e na profunda exploração da mão de obra indígena.

Os insubmissos e os dóceis auxiliares preciosos

A ameaça do avanço castelhano pela América portuguesa, sobretudo pelas regiões produtoras de metais, levou o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – Sebastião José de Carvalho e Mello –, em 1770, a promover a demarcação e ocupação das fronteiras⁴.

A intenção era formar colônias com soldados e suas famílias e, quando possível, estimular a aproximação, a amizade e o casamento dos solteiros com as nativas, com o objetivo de aumento da população e, conseqüentemente, ocupação territorial.

Como resultado dessa política, bem como, devido à posição de Mato Grosso em relação às terras espanholas, vários fortes (guarnições militares) foram construídos às margens dos rios, ao longo da fronteira, na segunda metade do século XVIII: Príncipe da Beira, no rio Guaporé; Coimbra, Albuquerque e Corumbá, no rio Paraguai; o Miranda, no rio Miranda; e o Iguatemi, no rio homônimo, de forma que, em uma fronteira com mais de 500 léguas, havia seis pontos inseridos numa demografia humana nativa, já bastante desestruturada nas suas formas tradicionais de ocupação e atuação. A fronteira sudoeste – no Vale do Rio Paraguai – foi a que recebeu maiores atenções, devido à sua vulnerabilidade e por se avizinhar com a Província do Paraguai. (ALMEIDA SERRA, 1975).

O processo de expropriação das terras e escravização do indígena, que se iniciara no século XVI, intensificou-se no século XIX, sobretudo após a guerra com o Paraguai, devido à expansão pastoril empreendida pelos pioneiros, que se afazendaram em diversos pontos da Província, sobretudo no Pantanal sul. Como efeito, a população indígena foi se dispersando pelas fazendas da região, na condição de vaqueiros e agricultores.

Quando da construção da rede telegráfica no trecho Aquidauana-Miranda, o Marechal Rondon, em contacto com os nativos, deixou o seguinte registro:

A linha naquele trecho passou pelos campos de quatro Fazendas que possuem cerca de 6.000 cabeças de gado. No entorno destas, outras se grupam com um número triplo de criação, sendo a mais importante a do Cutape, de propriedade do Coronel Estevão Alves Correa, com cerca de 10.000 rezes [...]. (MISSÃO RONDON, 1900-1906: 83).

Os indígenas, sobretudo os terenas, transformaram-se no principal elemento de mão-de-obra nas fazendas que se organizaram no sul de Mato Grosso, na condição de vaqueiros e em outras atividades que se desenvolveram por toda a região, como lavoura, colheita e preparo da erva-mate, ipeca, borracha, e também nos transportes, como barqueiros ou

4 Consoante a análise de Lourival Gomes Machado, essa política mostrava-se muito fiel ao conceito de soberania como o constante e real domínio de um território bem demarcado, pois outra, não era, a noção de território nacional adotada pelo despotismo esclarecido, conforme estabelece KOK (1998: 295).

remeiros; enfim, em todos aqueles postos que a nova civilização exigia e pouca mão-de-obra possuía.

Os camaradas dessas fazendas são, na sua maior parte, índios Terêna, os mais dóceis que conheço da raça ameríndia. [...] Estão já transformados e há mais de século que sua gente não conhece mais o arco e a flecha. Andam vestidos e apenas as mulheres nas aldeias gostam de andar mais à vontade. [...] Cultivam a mandioca de que fazem farinha, a banana, a batata, a cana de açúcar e o algodão com que fabricam rêdes e tecidos diversos. [...] Por estes motivos são muito procurados pelos fazendeiros, que também os preferem em razão de se contentarem com pouca remuneração, o bastante para se vestirem, comerem e satisfazerem seus vícios. [...] São comumente explorados pelos fazendeiros. (RONDON, 1900-1906:83).

Mas, não apenas os terenas foram utilizados; na ausência de oferta de mão-de-obra no sul, outros grupos também se constituíram no principal elemento de trabalho, requerido em todas as áreas do Pantanal.

Os remanescentes do povo guaikuru tornaram-se exímios vaqueiros e passaram a prestar serviços em áreas, que se estendiam do Nabileque a Corumbá. Obviamente, esse grupo se enfraqueceu muito a partir de 1850, principalmente após a guerra, quando sua cavalaria foi atingida pela peste das cadeiras, que dizimou quase todo seu rebanho.

Na época das cheias, a condução dos rebanhos para as áreas mais altas torna-se um trabalho assaz difícil, exigindo do vaqueiro habilidade, conhecimento e perícia. Nesse período, os nativos são disputados como se estivessem em verdadeiros leilões.

Os guaikurus estão adaptados às condições da região. Historicamente, eles incorporaram a questão da sazonalidade das enchentes anuais, pois acompanhavam o movimento das águas, levando e trazendo seus rebanhos, aproveitando-se da renovação das pastagens, para oferecer-lhes uma melhor alimentação.

O mesmo sucedeu com os kinikináus, layanas, guatós e guanás, uma vez que perderam muitas de suas terras para os invasores; ou se integraram ao trabalho nas fazendas de gado, ou então, em outras lides por toda a extensa faixa de fronteira.

Os nativos, mesmo disseminados pelas novas áreas que se abriam no Pantanal sul-mato-grossense, continuaram a desempenhar papel essencial, tanto na produção de alimentos, quanto como trabalhadores nas fazendas.

Embora os indígenas tenham, em sua maioria, lutado ao lado das tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai, a segunda onda humana de ocupação da região sul de Mato Grosso,

[...] iria proporcionar aos grupos Guanás e, especialmente aos Terêna, uma nova situação de conseqüências dramáticas, para eles, porquanto determinou o engajamento dessas populações a uma economia de caráter escravista. A esse período, referem-se

os Terêna modernos, como ao tempo do cativo. (OLIVEIRA, 1976: 57).

Porém, entre os terenas e a colonização branca havia uma acomodação, uma interface comercial: o nativo precisava das ferramentas que o colono possuía, sem as quais ele não conseguia produzir; por outro lado, o branco precisava do alimento que o nativo produzia. Esta complementaridade, todavia, não impediu que, contra o indígena, fosse praticada toda sorte de arbitrariedades, inclusive a escravidão.

No início da década de 70 do século XIX, era tal o envolvimento, sobretudo dos terenas, com a sociedade branca ocidental, que o Presidente da Província de Mato Grosso, no intuito de pôr fim aos constantes ataques promovidos pelos índios ‘poucos amigos’ coroados, cajabis, barbados e outros do norte de Mato Grosso, fez vir de Miranda o capitão índio, chefe dos terenas – Alexandre Bueno –, e outros 61 índios da mesma tribo, para contribuir com a catequese e aldeamento dos grupos que se opunham à presença branca naquela região. A expedição não alcançou os objetivos propostos; pelo contrário, contribuiu para tornar mais intenso o conflito entre os grupos nativos insubmissos e os colonizadores, de modo tal, que os primeiros passaram a ameaçar a própria capital, Cuiabá (PEDROSA, 1878).

As autoridades cuiabanas sempre lançaram mão desse recurso de utilizar um grupo indígena para facilitar outro. Os terenas, cunhados de serem extremamente dóceis, desempenharam esse papel em várias outras ocasiões. Além da sua reconhecida docilidade, eram agricultores e sedentários, como aludimos; em comparação com as demais tribos da América meridional: possuíam algum grau de incorporação da cultura ocidental, faziam parte de uma sociedade estratificada e tinham uma produção econômica regular e suficientemente abrangente para interagir com os brancos.

Por todas essas condições, os terenas tornaram-se auxiliares preciosos para a fixação do colonizador, como também, em muitas ocasiões, contribuíram para pacificar outros grupos e ensinar-lhes as práticas laborais da lavoura.

As décadas de 70 e 80 do século XIX foram marcadas pela preocupação das autoridades mato-grossenses em aproveitar a mão-de-obra de todos os indígenas que habitavam a Província, inclusive dos insubmissos, para colocá-los, mais tarde, à disposição dos novos fazendeiros do território.

Civilizar os amigos dos brasileiros

Nas últimas décadas do século XIX, havia poucas esperanças, entre as autoridades mato-grossenses, de que a terra fosse colonizada por imigrantes, tal qual ocorria no sul e sudeste do Brasil.

O custo de um colono, que alcançava a cifra de 1000\$000 réis, estava

muito além das possibilidades dos cofres provinciais. Além disso, como prosperariam eles tão afastados da costa? Não havia garantias eficazes para suas lavouras, sempre ameaçadas pelos indígenas (esse era um problema considerável no norte de Mato Grosso), muito menos, vias de comunicação e transporte fáceis e rápidos, para o escoamento da produção, a um custo que não a inviabilizasse. A tudo isso, ainda se acrescentava a crônica falta de capitais, alavanca para qualquer empreendimento.

A solução era, senão, o aproveitamento do indígena, atraindo-o do aldeamento, para a causa da evangelização e preparação para o trabalho. O Vice-Presidente da Província – Dr. José Joaquim Ramos Pereira –, em mensagem à Assembléia Provincial, destacou:

Tenho mandado fornecer aos comandantes, não só brindes para os índios que se vão apresentando, como roupas, ferramentas agrícolas e de carpinteiro, recomendando-lhes que mandem ensinar aos nossos índios o officio de carpinteiro e ferreiro, que façam grandes plantações, não somente para habituar os índios ao trabalho, como também para diminuir a despesa com a sua manutenção [...]. Creio que, já que poucas esperanças devemos nutrir de colonizar, com a imigração estrangeira, os nossos desertos tão abundantes de riquezas naturais.⁵

Por outro lado, os fazendeiros que iam se estabelecendo na faixa de fronteira para o criatório bovino, carentes de mão-de-obra, solicitavam permissão e apoio ao Governo Provincial para “civilizar” os índios para o trabalho em aldeamentos, alegando as vantagens do aproveitamento dessa mão-de-obra potencial. Um dos que se beneficiaram foi o João Teixeira Ribeiro, proprietário da fazenda Santa Gertrudes, próxima a Nioaque, no ano de 1874. (CORRÊA, 1999).

Assim, muito rapidamente, e em especial na parte sul da Província, os indígenas foram integrados ao trabalho que se desenvolvia nas grandes fazendas, responsabilizando-se, não só pelo criatório bovino, como também pelas lavouras que se desenvolviam, tornando-se, inclusive, exemplo a ser seguido nas áreas onde havia maior resistência por parte dos fazendeiros.

Em relatório apresentado à Assembléia Provincial, o Presidente afirma que

Os índios Terenas, Quinquinãos, Layanas, Guanas, Guatos e Cadioeos, na fronteira do sul da Província, forão sempre amigos dos Brasileiros por quem eram bem tratados e votarão odio implacavel aos Paraguayos que os perseguiram com rigor⁶.

Os principais grupos indígenas do sul de Mato Grosso eram vistos, pelo Presidente da Província, como amigos dos brasileiros, até mesmo os Kadivéus

5 Relatório que o Exmo. Sr. Vice Presidente - Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura em Setembro de 1887.

6 Relatório apresentado à Assembléa Provincial, por Hermes Ernesto da Fonseca, em 5 de julho de 1875. APMT. Cuiabá, MT.

– os temidos cavaleiros que, no passado, ofereceram dura resistência aos colonos que pretendiam estabelecer-se na região. A catequese, que se iniciou com os missionários, ganhou uma nova dimensão com a presença dos fortes, ao longo da fronteira. A estratégia foi deter a dispersão, no sentido de readaptá-los aos costumes da tradição do pensamento ocidental, habilitando-os à divisão técnica do trabalho.

O emprego da mão-de-obra indígena em atividades econômicas, no Pantanal sul de Mato Grosso, não ocorreu sem alguma forma de resistência. Da mesma forma que já havia ocorrido com os Ofaiés na região do Taboco, no Nabileque, os Kadivéus foram vítimas de perseguições do proprietário da Fazenda Barranco Branco — Joaquim Antonio Malheiros. Comerciante, empreiteiro fornecedor de barcos para a comissão demarcadora de limites do rio Guaporé ao rio Madeira, ele foi também diretor dos índios Kadivéus, cargo do qual se aproveitou para persegui-los.⁷ (PEDROSA, 1879, sp.).

Joaquim Malheiros usou um método inovador, até então: estabeleceu-se entre os nativos e montou um alambique para fabricar aguardente. Mais tarde, obteve consentimento do Presidente da Província, para fundar uma fazenda de criação, nas terras que pertenciam aos Kadivéus. A princípio, manteve boas relações com eles; em troca de serviços, fornecia-lhes aguardente, sal, panos, munição e ferramenta. “Mas à medida que apertavam as exigências do fazendeiro, começaram a estourar conflitos; por fim, a tribo dividiu-se em grupos, um hostil ao invasor, outro favorável, formado pelos índios, já demasiadamente viciados para se livrarem dos fornecedores de cachaça”. (RIBEIRO, 1977: 83).

A pretexto de que os nativos roubavam eqüinos e bovinos das “suas fazendas e retiros”, Malheiros, com o auxílio da polícia de Corumbá, investiu duramente contra eles por duas vezes (em 1897 e 1898), com destacamentos militares, conduzindo canhões de campanha (RIVASSEAU, 1941). Nesses sucessivos ataques, aqueles que sobreviveram resistiram às perseguições e, apesar das tentativas renovadas de retirá-los, conseguiram permanecer em suas terras.

No entanto, os Kadivéus, em fins do século XIX, encontravam-se extremamente reduzidos, devido às epidemias de varíola (1886 e 1890), que fizeram entre eles um grande número de vítimas, somadas às perseguições promovidas por Malheiros, com a cumplicidade das autoridades policiais de Corumbá. De mais de oitocentos, os Kadivéus foram reduzidos a um quarto (duzentos índios), segundo o cálculo de Boggiane (1975), nas conclusões do diário de sua viagem feita, em 1892, ao Nabileque.

O mesmo aconteceu com os uachis ou guachis — índios que habitavam

7 Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa - Presidente da Província de Matto Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa, no dia 1 de outubro de 1879. Cuyaba. APMT.

as cercanias da serra de Maracaju, entre os rios que constituíam as divisas da Fazenda Taboco. Acostumados a descerem a serra pelo rio Negro, estendendo as suas incursões pelo Pantanal em busca da caça, terminavam abatendo reses como se fossem caça. Com a expansão da fronteira pastoril, estes índios ficaram cercados, tiveram seu território usurpado, e não tinham como fugir; como efeito, para sobreviver, continuaram a promover a caça ao gado, motivo pelo qual passaram a serem tratados como ladrões. O resultado foi o mesmo de outras nações: a dizimação.

É mister o relato do general Rondon que, à época, estava à frente da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, sobre os ataques que os latifundiários desfecharam contra os indígenas:

[...] eivados da falsa noção de que o índio deve ser tratado e exterminado como uma fera contra a qual devem fazer convergir todas as suas armas de guerra, os fazendeiros, ao invés de reconciliarem-se com aqueles servícolos (sic), que de novo haviam subido o rio Negro, até a Serra, os dade (sic) trucidando homens, mulheres e crianças e aprisionando os que não havia logrado fugir. (RONDON, 1949: 60).

Rondon tivera ainda a pachorra de contactar vários fazendeiros, através de correspondências, para que evitassem novos ataques contra os indígenas. Certa vez, escreveu ao coronel José Alves Ribeiro, “o fazendeiro mais inteligente da zona”, que impedisse a carnificina que se projetava contra os índios. A resposta, segundo o próprio Rondon, foi evasiva, ainda que afirmasse que “de forma alguma consentiria que os matassem”. Todavia, pouco tempo depois, confirmou-se a notícia de que os índios haviam sido atacados e mortos por uma gang de fazendeiros do Taboco, Proteção, Campo Formoso, Baia, entre outros.

Como suas injunções junto aos fazendeiros não haviam surtido efeito, e a matança continuava, o General resolveu apelar ao Presidente do Estado para que este, com a autoridade que o cargo lhe conferia, desse um basta àquela situação e evitasse a continuidade daquelas chacinas. Embora tivesse recebido uma resposta favorável de que o governo da Província iria intervir para pôr fim à situação, “aquela mesma cena se reproduziu seis meses após”. (RONDON, 1948).

Em todos os sentidos, isto demonstra que: se as autoridades não agiam de comum acordo com os proprietários de terras, também não despendiam nenhum esforço de impedir que eles continuassem as suas caçadas. Mais grave ainda é a suspeita de que as Autoridades governamentais da Província concordavam com a utilização da mão-de-obra indígena nas fazendas, de forma quase compulsória; noutros termos: se não era algo permitido, era, ao menos, permissível.

Índios e a difusão do gado bovino

Os mbayas-guaikurus eram grupos caçadores-pescadores. Inicialmente, como não poderia deixar de ser, no período pré-colonial, eram pedestres; contudo, adotaram, com o tempo, o hábito cultural de domesticar e montar a cavalo, no Chaco e Pantanal.

Entre os séculos XVI e XVII, tanto os guaikurus quanto os mbayas eram encontrados vivendo neste território, da mesma forma; os mbayas, índios assentados mais ao norte, viviam às margens ocidentais do rio Paraguai, no ambiente chaquenho. (HERBERTS, 1988).

Antes dos primeiros contatos com os brancos, na era pré-colonial, os guaikurus dominavam outras etnias de caçadores e coletores, além dos guanás (tradicionais agricultores); raramente atravessavam o rio Paraguai, a não ser em investidas esporádicas, porque essa região - hoje Bolívia - era habitada por outros grupos nativos guerreiros, como os guaranis e os guaxarapós.

As áreas, em que habitavam os nativos, eram extremamente inóspitas:

las tierras son en tiempo de aguas - relata Losano (1873: 67) - tan pantanosas, y llenas de anegadezos, que no se pueden andar, y en tiempo de seca son tan ardientes los soles y falta de agua, que se abre, la tierra em profundas grietas, y no hay quien se atreva a andarlas, porque los caballos se ahogan de sed.

É mister aludir que, a ocupação do território, em questão, pelos guaikurus e guanás (provável no início do século XVIII), é fruto: de um vazio demográfico provocado pela extinção de grupos indígenas, da destruição das missões jesuíticas e do despovoamento da região do Itatim⁸.

8 No último quartel do século XVI, o governador do Paraguai - Domingo Matinez de Irala, desenvolveu um plano de expansão territorial, plano este que visava, por um lado, premiar os soldados espanhóis com terras e índios de serviços e, por outro, expandir a província do Paraguai. Parte deste projeto visava manter um caminho estruturado até o Peru, para que se pudessem estabelecer relações comerciais mais freqüentes, e romper com o isolamento a que estavam submetidos os espanhóis de Assunção. Este fato terminou por engendrar frentes de colonização; resultado: colonos e jesuítas espanhóis se instalaram no Pantanal (brasileiro e boliviano), na região do Itatim. O Itatim, que estava situado na altura dos paralelos 19,5° e 22°, tendo como limites, ao norte - o rio Mbotetey, ao sul - o rio Apá, a leste - a Serra de Maracajú e, ao oeste - o rio Paraguai. (CORTESÃO, 1952: 29-30). Núfrio de Chaves - conquistador espanhol que gozava de grande prestígio à época, foi encarregado, pelo governador Irala, de tentar encontrar um caminho direto que franqueasse ligações com o Peru; por determinação própria, fundou a primeira Santa Cruz de La Sierra (hoje, capital do Departamento do mesmo nome), na província dos Chiquitos, e passou a pressionar as tribos chaquenhãs. As bandeiras paulistas, que desde o início do século XVII, passaram a investir sobre o território espanhol em busca do indígena, depois de destruir o Guairá, invadiram a cidade de Xerez e, em conluio com os xereanos, invadiram e destruíram, também, as missões Itatim. Esses acontecimentos constituíram fatores importantes para desorganizar, completamente, o quadro demográfico nativo do Chaco e do Itatim.

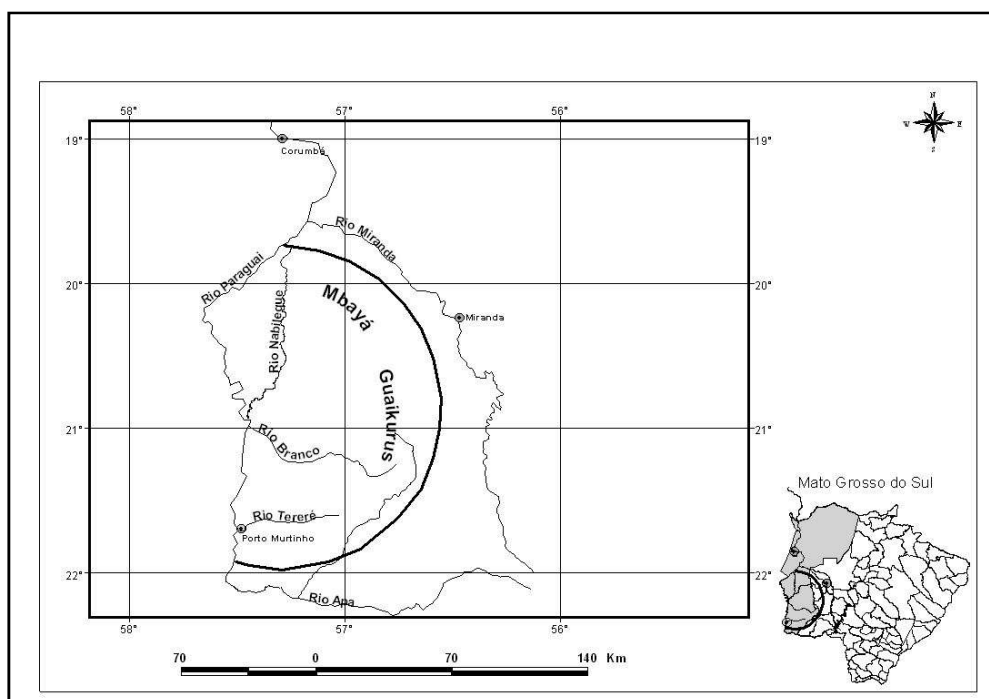


Figura 1: Território ocupado pelos guaikurus.

É muito difícil determinar qual era o território dos guaikurus, porque eram caçadores coletores (parcialmente no período colonial), donos de uma dinâmica territorial extraordinária, o que se contrapõe ao agricultor, que se fixa em um determinado local para cuidar de sua lavoura. Tinham um dinamismo espacial impressionante e, à medida que adotaram o cavalo como ingrediente cultural, passaram a se fazer presentes em distâncias longínquas e localidades extremas. Atacavam da periferia de Cuiabá a Assunção, passando pelo núcleo colonial luso-paulista no Iguatemi, e pela fazenda Camapuã, na cabeceira do rio Taquari (conforme figura 1 acima). Ou seja, circulavam de leste a oeste (da Serra de Maracaju às margens do Rio Paraguai; de Cuiabá a Assunção), pilhando, saqueando e conquistando escravos e mulheres.

A região que vai do sul de Corumbá até o rio Apa (hoje fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai), englobando a região do Pantanal do Nabileque, era a localidade onde os guaikurus se reencontravam para realizar suas festas, sepultamentos. Ali era, por assim dizer, o coração do seu território. Era para esse local que sempre retornavam, onde ficavam suas aldeias propriamente ditas, ainda que falar em aldeias é relativo, visto que seu investimento em habitação fixa era quase nulo. O tipo de habitação guaikuru eram tendas ou barracas de fácil mobilidade. “Como sufren de falta de mantenimiento cada año mudan de lugar, llevando a hombro todos los enseres domésticos y la

Paulo Marcos Esselin e Tito Carlos Machado de Oliveira

misma casa, que es portátil, también” (MURIEL, 1918 p. 229).

Essa prática de deslocamento, no caso guaikurus, era em muito facilitada pelo uso do cavalo. Acima de tudo, a adoção do cavalo representou, para esses índios, uma arma de guerra, através da qual puderam impor vassalagem a outras tribos mais distantes (RIBEIRO, 1977). Praticavam a guerra de emboscada, assaltos, ataques e retirada; tornaram-se exímios cavaleiros e se apossaram de inúmeras tropas selvagens de rebanhos bovinos e cavalares⁹.

Os índios, de posse do gado cavalar e bovino, com grande poder de mobilidade, passaram a “ocupar” tanto o sul quanto o norte do Pantanal (da Nhicolândia, do Paiaguás, do Nabileque e do Abobral). Esses deslocamentos comuns – que os guaikurus faziam com frequência, muito em função do fluxo e refluxo das águas do Paraguai¹⁰, as quais, nas cheias, os obrigavam a procurar os terrenos mais altos e, nas secas, a retornarem em busca da caça – contribuíram decisivamente para que o eqüino e o bovino fossem conduzidos por todas as áreas de atuação desses indígenas e, como efeito, espalhando-se e perdendo-se.

Comumente, em ataques planejados contra paulistas e castelhanos, os índios guaikurus utilizavam suas boiadas; nestas batalhas, muitas cabeças se desgarravam pelos caminhos, dando origem a novos rebanhos. Segundo Barros (1998), o gado pantaneiro acompanhava o fluxo e refluxo das enchentes e as tropelias guerreiras de seus pastores; considerando que, por ser a maior parte de seus pastores de tribos nômades, o seu rebanho também não tinha querência definida: era igualmente nômade.

Fortalezas e Guarnições: objetos geográficos da exploração

A presença dos índios cavaleiros, nos campos de Vacaria, coincidiu com a preocupação de portugueses e espanhóis em consolidar posições nas fronteiras ocidentais.

Os espanhóis viam, com temor, o estabelecimento dos portugueses em territórios que, pelo Tratado de Tordesilhas, lhes pertenciam. Esta preocupação aumentou quando os portugueses decidiram criar a Capitania de Mato Grosso, em 1748, com administração independente de São Paulo, dando aos governantes locais poder de decisão sobre os assuntos regionais.

9 Em 1648, Antônio Raposo Tavares defrontou-se com os *Guaikurus* e registrou que estes já criavam gado, cavalos e porcos. (BERTELLI, 1984). O comandante do forte de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, em 1795 deixou registrado que - “Os primeiros que deram notícias destes bárbaros foram os antigos paulistas; e já os encontraram senhores de grandes manadas de gado vaccum, cavalar e lanigero. /.../ os nativos usavam os animais para acometer os paulistas ou espanhóis. Quando os *Guaikurus* os viam, ajuntavam os cavallos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam, de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos e elles, com a lança, matavam quantos encontravam diante.” (RODRIGUES DO PRADO, 1856: 27).

10 O Pantanal é uma planície alagável periodicamente; durante uma parte do ano as águas invadem parte da planície, formando quase que um grande lago, esvaziando-se em outra parte do ano.



Figura 2: Localização da Fronteira do Brasil com a Bolívia e Paraguai - e as guarnições militares portuguesas instaladas a partir de 1775.

Com a criação da Capitania, os portugueses desencadearam um projeto de governo, que imbricou na consignação de presídios guarnecidos por tropas, estrategicamente situadas nas fronteiras do Império Colonial: o Forte Coimbra (1775); o povoado de Albuquerque, depois Corumbá (1778), à margem do rio Paraguai; e o presídio de Miranda, em 1797, são alguns exemplos (figura 2).

Por sua vez, os castelhanos construíram: o forte de Vila Real da Conceição, acima da boca do rio Ipané; o forte de San Carlos, às margens do rio Apa, em 1777; e o forte Bourbon, em 1792, às margens do rio Paraguai.

Com a construção dos fortes, o Governo espanhol passou a distribuir terras blindadas aos colonos por meio de concessões. Neste caso, os beneficiários ficavam desobrigados de arcar com a defesa; e o território foi sendo funcionalizado a partir da instalação de estâncias para o criatório (gado e cavalo), entre a calha do rio Apa e o médio rio Paraguai (hoje, Departamento de Concepción e Departamento de Alto Paraguay, no Paraguai).

No inverno de 1797, uma comitiva castelhana, que visitou o forte Coimbra, transmitiu ao capitão Francisco Rodrigo do Prado, na ocasião, comandante do forte Coimbra, a notícia do plano da fundação de uma vila castelhana, onde antes fora a cidade de Santiago de Xerez¹¹. Em resposta, as autoridades portuguesas passaram a instigar os índios guaikurus ao conflito contra as propriedades castelhanas, ao norte do rio Ipané-Guaçu; o resultado foi a destruição de mais de cem fazendas castelhanas, onde os índios se apoderaram de mais de vinte mil cavalos. (cf. ALMEIDA, 1951).

Os assaltos às propriedades castelhanas continuaram. Os guaikurus fizeram várias incursões conduzindo, agora, inúmeras cabeças de gado bovino para os campos nativos de vacaria, na planície pantaneira, nas proximidades do forte Coimbra. É bom lembrar que os portugueses não apenas estimulavam os ataques às propriedades castelhanas, como também interceptavam os produtos roubados pelos indígenas.

Ao se lançarem nas incursões predatórias ao norte do Ipané-Guaçu, os guaikurus deixavam suas mulheres e os filhos pequenos entregues à guarda e ao zelo da guarnição do forte de Coimbra; e, quando os índios massacravam a população de uma aldeia espanhola e se sentiam perseguidos, vinham se por sob a proteção das guarnições em solo mato-grossense. Guardando a família e protegendo os guerreiros, nestes termos, os ataques aconteciam sob a égide da autoridade portuguesa; o forte era, senão, um objeto geográfico fixo, que permitia a mobilidade (CASTELNAU, 1949, T.2).

A seqüência destes ataques fez com que o Governador do Paraguai, Lázaro de Ribeira denunciasse ao Governador da Capitania de Mato Grosso, a ação dos indígenas com suporte dos fortes portugueses. Reclamava o governador paraguaio que os espanhóis eram constantemente agredidos e insultados pelos índios que se acoitavam sobre a blindagem dos Fortes Coimbra e Albuquerque que, não apenas lhes oferecia cobertura, como permitia o comércio dos produtos roubados dos espanhóis. Relatava que

Apezar de un sistema tan contrario a las justificadas intenciones de la Corte de Lisboa y a pesar de los estragos que há ocasionado en esta Fronteira, pues a demás de las muertes Y atentados, q han commettidos los barbaros con infracion de la paz que havião echo con los Hespñoles, pasan de tres mil caballos con crecido numero de ganado vaccunolos que nos han robado¹².

Estes acordos, com os índios guaikurus, foram plenamente funcionais aos intentos portugueses: serviam de aliados nos conflitos declarados contra os espanhóis; atacavam suas fazendas; prejudicavam e inviabilizavam quaisquer estabelecimentos não portugueses na região; e, até mesmo,

¹¹Cidade espanhola de Santiago de Xerez, fundada em 1600, por Ruy Diaz de Guzman, às margens do rio Aquidauana, cerca de 30 léguas acima da confluência deste último com o Miranda, próximo de onde hoje se situa a cidade de Aquidauana, que fora destruída pelos mamelucos paulistas, em 1632.

¹² Ofício de D. Lazaro de Ribeiro para Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 719/ 1797, in MENDONÇA (1985: 214).

roubavam gado para abastecer os fortes portugueses. Isso garantia aos lusitanos o abastecimento alimentar, ao mesmo tempo em que impedia a ocupação da fronteira pelos colonos de origem espanhola.

Taticamente, os portugueses também se aliavam aos guaikurus, para combaterem outros grupos nativos. É o exemplo do ocorrido em 1830, quando oito soldados sediados no forte Coimbra, a convite de um cacique terena, viajaram durante uma semana através do Grão Chaco, para conhecerem suas aldeias. Embora tenham sido bem recebidos, foram posteriormente atacados. Segundo relato dos militares, um dos soldados morreu, dois ficaram gravemente feridos e os outros foram salvos pela interferência de um cacique de uma aldeia vizinha; somente com muita dificuldade conseguiram retornar, desarmados e despojados de seus pertences. Entretanto, pouco tempo mais tarde, vieram descansar nas proximidades do forte, um grande número de aliados índios guaikurus; não foi difícil arrastá-los a uma ação vingativa: guaikurus e soldados atravessaram Chaco e, escondidos nas matas, cercaram, durante a noite, o aldeamento dos terenas e investiram contra ele nas primeiras horas da madrugada, massacrando todos os seus habitantes (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Em 1802, o comandante do forte Coimbra decidiu uma ação ofensiva contra o fortim de São José do Apa. Partiu, então, de Miranda, com 54 soldados e 297 índios, todos guaikurus. Após o embate e a vitória portuguesa, os indígenas recolheram 300 cavalos do tráfego da guarnição. Do pouco gado encontrado no curral inimigo, fez-se divisão igual pelas tropas. Considerando que o imposto era de 10% e que havia 360 cabeças, 36 foram destinadas à Real Fazenda. Chamou a atenção do comandante, a prática guaicurú no que concerne à divisão do botim, ou seja: a presa pertence a quem a captura, de sorte que um cativo fica com quanto apanhou e seu senhor sem coisa alguma (MELLO, 1959, v. 2).

As investidas dos indígenas continuaram ainda mais ousadas. Chegando eles, certa feita, a arrastar cerca de 3000 cabeças de bovinos e 1000 eqüinos, das fazendas localizadas nas margens do rio Apa. Dessa vez, os castelhanos, prevenidos, conseguiram reaver a maioria dos animais, que já se encontravam poucas léguas ao norte do Apa.

“Aqueles índios — conta Abílio Leite de Barros (1998: 77) — que aprenderam com os civilizados o uso do cavalo como arma de guerra, tornaram-se terríveis saqueadores das Colônias espanholas, [...] de onde retiravam principalmente cavalos e gados”. Segundo este memorialista, essa história desfaz, um pouco, o romantismo com que costumávamos ver esses índios cavaleiros; os índios eram, sim, ladrões de gado e os brasileiros eram os receptores. “Aliás — expõe Barros —, os etnólogos nos ajudam nesse amaciamento de culpa, pois nos garantem não se tratar de roubo. Os índios,

nossos ancestrais, não tinham noção de propriedade. Ótimo!”.

Contudo, atrás das iniciativas dos indígenas, estavam importantes autoridades provinciais, como o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro e o comandante das forças militares do baixo paraguaio, Ricardo Franco de Almeida Serra – preservado na memória como o militar exemplar, que deteve heroicamente o ataque espanhol de D. Lázaro Ribeira, em 1801.

Como os ataques às fazendas dos castelhanos passaram a ser cada vez mais intensos, terminaram por inviabilizar qualquer projeto espanhol de definir, pacificamente, as fronteiras com os portugueses. Neste aspecto, a blindagem, promovida pela presença das fortificações (figura 1), cumpre papel estratégico. A situação requeria organizar tropas bem armadas para repelir os indígenas. A prioridade foi, então, guarnecer a entrada ao sul do rio Apa, por onde comumente eram atacados. Esta ação estratégica teve pouco significado, o que necessitou somar reforços de tropas de Concepción e San Carlos. Todavia, valendo-se de suas habilidades eqüestres e do conhecimento dos campos de vacaria, os Guaikurus continuavam as depredações, pilhagens e roubos de gado e das campanhas, retornavam ao carcheio de gado (MELLO, 1959, V. 2).

A intensificação do roubo, promovida pelos guaikurus, acabou por conduzir a uma violenta repressão por parte dos castelhanos. A intenção, neste caso, era, além de repelir os índios, consolidar o território ao sul do rio Apa, considerando que os intentos de prosseguir em direção ao norte, subindo o rio Paraguai, foram impedidos pela blindagem das guarnições portuguesas.

Nos últimos anos do século dezoito, partiu de Concepción o capitão D. Miguel Bañes, à frente de 120 soldados espanhóis, para acoimar os indígenas. Bateu, em diversas frentes, os nativos; nestas rusgas, morreram mais de trezentos guerreiros, além do seu chefe João Queima de Albuquerque. Dentre estas batalhas, faz-se digno de registro a das proximidades do rio Mondego; na oportunidade, os espanhóis capturaram mais de duzentos guaikurus. (ALMEIDA, 1951).

Houve algumas tentativas de paz. Como aquela do Governador do Paraguai, D. Lázaro de Ribeira, quando enviou o coronel D. José Espinola com o único fim de restabelecer “[...] la paz con ellos, y recuperar o mucho ganado maior que da empresa si havião llevado, ordenando-le al mismo tiempo que de nenhum modo entrasse armado em o territorio Portuguez”. (OFÍCIO de D. LÁZARO de Ribeira para Caetano Pinto de Miranda Montenegro 7/9/1797, in MENDONÇA, 1985, p. 214).

Entrementes, a paz não era algo posto ao lugar. No contexto, existiam duas razões confrontadas. A razão da preservação e construtura do território, onde os guaikurus possuíam papel relevante e estratégico, se confrontava, por sua vez, com outra razão, a da funcionalização do território; neste caso, os

nativos fogem à lógica funcional da ocupação territorial.

A partir da metade do século dezenove, o mercado do gado já está fluindo em sua plenitude, entre Cuiabá e o oeste paulista, com tendências substantivas de crescimento, novas áreas deveriam ser domadas a partir de novos parâmetros. A preservação do território passava não apenas pela “conduta militar”, mas, sobretudo, pela dinâmica espacial dos fluxos mercantis. A fronteira deveria ser preservada; porém, também deveria ter ocupação, mas não pelos seus ocupantes históricos — os índios.

Isto posto, enquanto os guaikurus eram amigos dóceis para fincar as estacas da demarcação territorial, distanciando os espanhóis; por sua vez os castelhanos eram inimigos dóceis, fundamentais para minimizar a força dos amigos.

Assim, os espanhóis invadiram o território português. Armados e, contando com a complacência dos lusitanos, capturavam e matavam seus aliados, os guaikurus, sem que eles, os portugueses, em momento algum, esboçassem qualquer reação para deter aquele massacre.

Observa Ricardo Franco que os Guaikurus foram inúmeras vezes atacados pelos espanhóis, com peças pesadas de artilharia, matando índios, queimando toldaria e estadas, tirando-lhes milhares de cabeças de gado, com intensa capacidade de devastação e crueldade “derramando terror e flagelo” (MENDONÇA, 1985, p. 217).

Os portugueses-brasileiros sabiam e temiam que a conhecida fúria dos nativos pudesse, mais tarde, voltar-se contra eles. Ao serem complacentes com os ataques desferidos por seus rivais castelhanos, eles se asseguravam do enfraquecimento dos rivais e do início da sua desagregação; e, por outro lado, os ataques continuados desses às fazendas na região do Apa, enfraqueciam a colonização castelhana. Se, no passado, esses nativos, ao lado dos paiaguás, haviam causado enormes prejuízos aos portugueses: “[...] a perda de 4000 vítimas pela sua flecha e lança e o prejuízo que causaram, para mais de três milhões [...]” como relata Rodrigo do Prado (1856: 45), o futuro poderia estar reservado ao descontrole do território.

De certa forma, os portugueses-brasileiros, do final do século dezoito e todo o século dezenove, foram se livrando dos incômodos que impediam o processo definitivo de funcionalização do território, e a demarcação definitiva das fronteiras. A segurança era fator decisivo; blindar os colonos contra as ofensivas espanholas e contra a insubmissão indígena, fazia-se necessário e premente para consolidar as novas relações sobrevindas.

Nos campos da vacaria da fronteira, o rebanho já se constituía em estímulo importante à nova frente de ocupação branca. Os estoques de gado solto, não domado, haviam aumentado substancialmente, devido aos assaltos dos Guaikurus às fazendas dos castelhanos, na região do Apa; o gado havia se

espalhado por todo o Pantanal, assim como a notícia de sua livre presença; a chegada de mais colonos (paulistas e cuiabanos), para a valorização do lugar, seria uma questão de tempo. Neste quadro, as fronteiras passaram a ser instâncias demarcadoras de relações intersetoriais de legitimação do poder e reconhecimento da soberania.

Considerações Finais

Em pleno século XX, e no desabrochar da República em solo mato-grossense, restabelecia-se a escravidão, agora do indígena, sob os auspícios do Governo provincial. Mas: pior que a escravidão, era a crueldade dos colonos para com os nativos; segundo Rondon, não contentes com os assassinatos promovidos, abriam “os ventres de índias que se achavam em adiantado estado de gravidez” (RONDON, 1949, p. 61). Os novos conquistadores do Pantanal sul, com métodos nada convencionais, foram quebrando, assim, a resistência dos indígenas, e estabelecendo uma nova ordem, a deles¹³.

A exploração e a violência contra o indígena foi de tamanha envergadura, tão intensa e tão notória nesse período, que motivou a criação do Serviço de Proteção ao Índio, pelo Governo Federal, em 1910 – tendo como primeiro diretor o próprio general Cândido Rondon – criado com o objetivo principal de punir os crimes que se praticavam contra o nativo, como também, fiscalizar o modo como eram tratados nas colônias e estabelecimentos particulares, evitando, assim, que fossem vítimas de explorações, violências e fraudes (VIVEIROS, 1958).

O período pós-guerra da Tríplice Aliança foi de consolidação. A partir de então, a nova lógica funcional abrigou a grande propriedade rural, consagrada ao criatório bovino. Através de expedientes violentos e ilegais, o índio foi sendo expropriado de suas terras e de seus bens, e incorporado ao trabalho compulsório ou, então, recebendo uma insignificante remuneração. Na realidade, não havia mais espaço, dentro dos desígnios da exploração ocidental, para a sobrevivência de modos de produção que não sustentasse as condições de ampliação indelével das relações mercantis.

A ausência de acumulação intensiva de capitais nas mãos dos latifundiários pantaneiros, para investimentos em mão-de-obra escrava e/ou assalariada, foi a tônica pela qual se desencadeou a larga utilização dos nativos: nas lides domésticas e no trabalho da lavoura, circunscrevendo a

13 A ausência do poder público, nessas áreas de expansão da pecuária, deu ensejo a que esses oligarcas fossem formando milícias privadas para a defesa de seus bens. No início da década de 1930, ainda prevalecia a ordem emanada desses grandes coronéis. Nelson Werneck Sodré, então capitão do exército brasileiro, em diligência policial a uma propriedade da região, registrou: “Ali mesmo [na cidade de Aquidauana] foi organizado o destacamento para ocupar e revistar a Fazenda do Taboco. (...) As batidas revelaram armas que estavam escondidas em sacos de mantimentos no depósito da estância; o armamento era muito e variado, compreendendo até fuzis-metralhadoras.” (SODRÉ, 1967: 153).

economia natural, e também pecuária das grandes sesmarias pantaneiras.

Esta é a paisagem retratada, no sul do velho Mato Grosso, ao nascer do século XX: fronteiras demarcadas, construídas sob a égide do conflito português, espanhol e índio; latifúndio estabelecido e blindado pelo braço militar da acumulação; e a desterritorialização da condição indígena.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mario Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raíais com o Uruguai e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. “Extrato da descrição geographica da província de Mato Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Engenheiros”. 2ª ed. In: **Revista Trimensal de Historia e Geographia do Instituto Histórico e Geographico brasileiro**. Rio de Janeiro, 1865.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. “Extrato do diário da diligencia ao reconhecimento do rio Paraguay, desde o lugar do marco, na boca do rio Jauru, pelo capitão de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, commandante da expedição. 1786”. In: **Revista trimensal do Instituto Histórico e Geographico brasileiro**. Rio de Janeiro: 1862, tomo XXV.

BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira: Crônicas da sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BERTELLI, A. de P. **O paraíso das espécies vivas: Pantanal de Mato Grosso**. São Paulo: Cerifa, 1984.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949. V. I e II.

CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870-1920**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Departamento de História, 1980.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: O sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Lúcia Salsa. “Corumbá: o comércio e o Casario do Porto (1870-1920)”. In: CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa; ALVES, Gilberto Luiz. **O Casario de Porto de Corumbá**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

CORTESÃO, Jaime (org.). **Manuscritos d’ Coleção de Angelis. Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca

Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Os mbaya-guaicuru: área, assentamentos, subsistência e cultura material**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo: 1998.

KOK, Maria da Glória Porto. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1998.

MELLO, Raul Silveira de. **História do forte Coimbra**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. 1959. V. I, II e III.

MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

MISSÃO RONDON. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da comissão**. Publicação nº 69-70 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1948 - 1949.

MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767**. Trad. por el P. Pablo Hernandez. Madrid: Libreria de Victoriano Suarez, 1918.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o progresso de assimilação dos terêna**. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIVASSEAU, Emílio. **A vida dos índios guaicurus**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1941.

RODRIGUES DO PRADO, Francisco. "História dos índios Cavalleiros ou da nação guaicuru" In: **Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Ass do Despertador, 1856.

Relatorio que o Exm. Sr. vice Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na 2ª Sessão da 26ª Legislatura no dia ... de Setembro de 1887. Cuyaba, APMT. **Manuscrito**.

Relatorio com que o Exmº. Snr. Dr. João José Pedrosa Presidente da Provincia de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de Novembro de 1878. Cuyaba, 1878. APMT. **Manuscrito**.

Relatorio com que o Exmo. Sr. Dor João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Matto Grosso abriu a 2ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa

no dia 1º de Outubro de 1879. Cuyaba, APMT. **Manuscrito.**

Relatorio Apresentado à Assembleia Provincial por Hermes Ernesto da Fonseca em 5 de Julho de 1875. Cuyaba, APMT. **Manuscrito.**

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril.** Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: Livraria São Jose, 1958.

Anexo - I

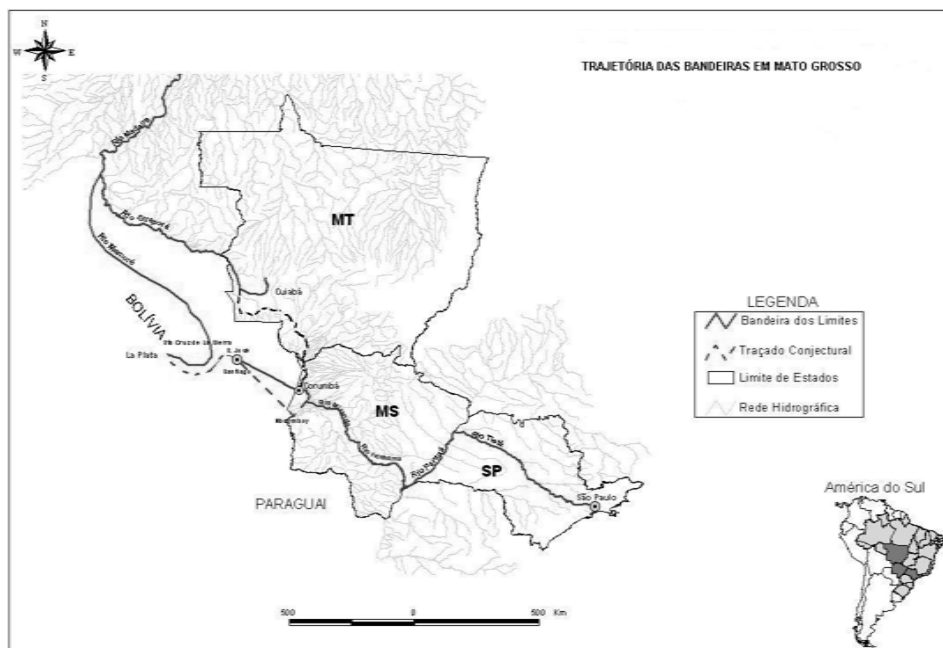


Figura 3: Trajetória das bandeiras em Mato Grosso.

Essas bandeiras do século XVI e XVII, contribuíram para que mais tarde os portugueses, com as informações por elas geradas, construíssem os fortes de Coimbra, Miranda e a cidade de Corumbá, conforme figura 2.